

EP — Experiência Profissional nas atividades inerentes ao posto de trabalho a que se candidata

AD — Avaliação de Desempenho nos termos da legislação aplicável.

A ponderação para a classificação final da avaliação curricular é de 70 %, de acordo com o disposto no n.º 4 do artigo 6.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, na redação introduzida pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril.

21.2 — Entrevista profissional de seleção (EPS) — visa avaliar, de forma objetiva e sistemática, a experiência profissional e aspetos comportamentais evidenciados durante a interação estabelecida entre o entrevistador e o entrevistado, nomeadamente os relacionados com a capacidade de comunicação e de relacionamento interpessoal.

Para cada entrevista profissional de seleção é elaborada uma ficha individual contendo resumo dos temas abordados, os parâmetros de avaliação e a classificação obtida em cada um deles.

A entrevista será avaliada segundo os seguintes níveis classificativos:

Elevado — 20 valores, Bom — 16 valores, Suficiente — 12 valores, Reduzido — 8 valores e Insuficiente — 4 valores.

A ponderação para a classificação final da entrevista profissional de seleção é de 30 %.

22 — A classificação final, expressa numa escala de 0 a 20 valores, resultará da aplicação da seguinte fórmula às classificações atribuídas à avaliação curricular e à entrevista profissional de seleção:

$$CF = (AC \times 70 \%) + (EPS \times 30 \%)$$

sendo que:

CF — Classificação Final

AC — Avaliação Curricular

EPS — Entrevista Profissional de Seleção

23 — Nos termos da alínea *t*) do n.º 3 do artigo 19.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, na redação introduzida pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, os candidatos têm acesso às atas do júri, onde constam os parâmetros de avaliação e respetiva ponderação de cada um dos métodos de seleção a utilizar, à grelha classificativa e ao sistema de valoração final do método, sempre que o solicitarem.

24 — Cada um dos métodos de seleção, bem como cada uma das fases que comportem, é eliminatório pela ordem enunciada na lei. É excluído do procedimento o candidato que tenha obtido uma valoração inferior a 9,5 valores num dos métodos ou fases, não lhe sendo aplicado o método ou fases seguintes, nos termos dos n.ºs 12 e 13 do artigo 18.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro.

25 — Os candidatos admitidos serão convocados, através de notificação do dia, hora e local para realização dos métodos de seleção, nos termos previstos no artigo 32.º e por uma das formas previstas nas alíneas *a*), *b*), *c*) ou *d*) do n.º 3 do artigo 30.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro. A publicação dos resultados obtidos em cada método de seleção intercalar é efetuada através de lista unitária, ordenada alfabeticamente, afixada em local visível e público das instalações da DGSP e disponibilizada na sua página eletrónica.

26 — Os candidatos excluídos serão notificados por uma das formas previstas nas alíneas *a*), *b*), *c*) ou *d*) do n.º 3 do artigo 30.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, para a realização da audiência dos interessados nos termos do Código do Procedimento Administrativo.

27 — A lista unitária de ordenação final, após homologação, é publicada na 2.ª série do *Diário da República*, afixada em local visível e público das instalações da entidade empregadora pública e disponibilizada na página eletrónica da Direção-Geral dos Serviços Prisionais.

28 — Nos termos do Decreto-Lei n.º 29/2001, de 3 de fevereiro, e para efeitos de admissão ao procedimento concursal, os candidatos com deficiência devem declarar, no requerimento de admissão, sob compromisso de honra, o respetivo grau de incapacidade, o tipo de deficiência e os meios de comunicação/expressão a utilizar no processo de seleção, nos termos do diploma mencionado.

29 — Composição do júri:

Presidente — Licenciada Maria d' Ascenção Palminha Henrique Montenegro Machado, Diretora do Estabelecimento Prisional Regional de Vila Real.

Vogais efetivos:

Licenciada Cátia Alexandra Libério Silva Neves Pereira, Técnica superior de reeducação de 2.ª classe, que substituirá a presidente nas suas faltas e impedimentos;

Licenciada Ana Maria Castro Sacadura Manso Nunes, Técnica superior.

Vogais suplentes:

Licenciado Pedro Miguel Garcia da Silva, Técnico superior;

Licenciada Edite Lurdes Dias Amorim, Técnica superior.

6 de junho de 2012. — A Subdiretora-Geral, *Julieta Nunes*.

206183649

Aviso n.º 8433/2012

Paulo Manuel Caldeira de Jesus, guarda prisional, com última morada conhecida em Moinho do Lobo, Pontével, 2070-383 Cartaxo, é notificado, nos termos do artigo 49.º n.º 2 e 3 do Estatuto Disciplinar, de que se encontra pendente, procedimento disciplinar e que dispõe de 40 (quarenta) dias, contados a partir da publicação do aviso no *Diário da República* 2.ª série, para apresentação de defesa escrita e que naquele prazo, poderá, querendo, oferecer rol de testemunhas, juntar documentos e requerer diligências que considere úteis para justificar a infração que lhe é imputada.

De que, por si ou por advogado constituído, durante o mesmo período e nas horas normais de expediente, poderá examinar o processo nas instalações deste Serviço de Auditoria e Inspeção — Delegação Sul, sitas na Travessa da Cruz do Toren, 1, 1150 — 122 Lisboa.

8 de junho de 2012. — A Subdiretora-Geral, *Julieta Nunes*.

206183698

Despacho (extrato) n.º 8404/2012

Em cumprimento do disposto na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, e obtido o necessário acordo do serviço de origem, a Direção Regional de Educação do Norte, torna-se público que, por despacho do Diretor-Geral dos Serviços Prisionais, de 24 de abril de 2012, foi autorizada, nos termos do n.º 2 do artigo 64.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, a consolidação definitiva da mobilidade interna na categoria do assistente técnico Francisco José Ferreira Moraes, tendo sido celebrado o respetivo contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, mantendo o posicionamento remuneratório detido na situação jurídico-funcional de origem, com efeitos a 24 de abril de 2012.

6 de junho de 2012. — A Subdiretora-Geral, *Julieta Nunes*.

206183551

Instituto Nacional de Medicina Legal, I. P.

Aviso n.º 8434/2012

Por deliberação do Conselho Diretivo do Instituto Nacional de Medicina Legal, I. P. (INML, I. P.), em sessão de 26 de abril de 2012:

Lic. Joaquin de Toro Lopez — cessa a comissão de serviço como coordenador do Gabinete Médico-Legal de Beja, com efeitos a partir de 1 de maio de 2012.

Lic. Rita Isabel da Silva Melo — nomeada, em comissão de serviço por um período de 3 anos a partir de 1 de maio de 2012, coordenadora do Gabinete Médico-Legal de Beja, nos termos do n.º 1 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 131/2007, de 27 de abril, tendo em conta o currículo da nomeada e que estão, para o efeito, preenchidos os requisitos previstos no n.º 2 da mesma norma.

14 de maio de 2012. — O Diretor do Departamento de Administração Geral, *Carlos Dias*.

206182774

MINISTÉRIO DA ECONOMIA E DO EMPREGO

Direção-Geral de Energia e Geologia

Aviso n.º 8435/2012

Ao abrigo do disposto no artigo 3.º e para os efeitos previstos no artigo 5.º, ambos do Anexo I, da Portaria n.º 1213/2010, de 2 de dezembro, a SONORGÁS — Sociedade de Gás do Norte, SA apresentou declarações de interesse para obtenção de licenças de distribuição de gás natural aos polos de consumo adiante melhor individualizados, descritos e referenciados na tabela anexa:

A cada polo de consumo corresponde uma referência de identificação, numerada de 1 a 26 conforme consta da Tabela anexa e a cada referência corresponderá uma licença de distribuição ao polo de consumo, sendo os procedimentos autónomos e independentes entre si.

A licença de distribuição local é sujeita a um prazo não inferior a 15 anos e máximo de 20 anos, a fixar na própria licença.

Assim, convidam-se eventuais interessados a declarar o seu interesse na obtenção de uma ou mais licenças de distribuição local relativas a um ou mais polos de consumo referenciados na Tabela anexa.

A declaração de interesse deve ser apresentada, por escrito, na Direção-Geral de Energia e Geologia (sita na Av. 5 de Outubro, n.º 87, 1069-039, em Lisboa) impreterivelmente até às 17 horas do último dia útil do mês

de janeiro de 2013 e observar o disposto no artigo 7.º do Anexo I da Portaria n.º 1213/2010.

Havendo mais do que um declarante interessado para o mesmo polo de consumo, será promovido concurso por prévia qualificação, limitado aos declarantes, nos termos do disposto nos artigos 8.º e seguintes, do Anexo I, da Portaria n.º 1213/2010, sendo os critérios de seleção e avaliação a aplicar os estabelecidos no Anexo II da mesma portaria.

Principal legislação aplicável aos procedimentos: Decreto-Lei n.º 30/2006, de 15 de fevereiro (na versão dada pelo Decreto-Lei n.º 77/2011, de 20 de junho); Decreto-Lei n.º 140/2006, de 26 de julho (na versão dada pelo Decreto-Lei n.º 65/2008, 9 de abril) e Portaria n.º 1213/2010, de 2 de dezembro.

7 de junho de 2012. — O Diretor-Geral, *Escada da Costa*.

Tabela anexa

Âmbito geográfico do polo de consumo

Ref.	Carta administrativa oficial portuguesa (CAOP)	Concelho	Freguesias
1	0401	Alfândega da Fé	Agrobom, Alfândega da Fé, Cerejais, Eucísia, Ferradosa, Gebelim, Gouveia, Parada, Pombal, Saldonha, Sambade, Sendim da Ribeira, Sendim da Serra, Soeima, Vale Pereiro, Vales, Valverde, Vilar Chão, Vilarelhos, Vilares de Vilariça
2	0403	Carrazeda de Ansiães	Amedo, Beira Grande, Belver, Carrazeda de Ansiães, Castanheiro, Fonte Longa, Lavandeira, Linhares, Marzagão, Mogo de Malta, Parambos, Pereiros, Pinhal do Norte, Pombal, Ribalonga, Seixo de Ansiães, Selores, Vilarinho da Castanheira, Zedes
3	0404	Freixo de Espada à Cinta	Fornos, Freixo de Espada à Cinta, Lagoaça, Ligares, Mazouco, Poiases
4	0406	Miranda do Douro	Águas Vivas, Atenor, Cicouro, Constantim, Duas Igrejas, Genísio, Ifanes, Malhadas, Miranda do Douro, Palaçoulo, Paradela, Picote, Póvoa, São Martinho de Angueira, Sendim, Silva, Vila Chã de Braciosa
5	0408	Mogadouro	Azinhoso, Bemposta, Bruçó, Brunhoso, Brunhozinho, Castanheira, Castelo Branco, Castro Vicente, Meirinhos, Mogadouro, Paradela, Penas Roias, Peredo da Bemposta, Remondes, Saldanha, Sanhoane, São Martinho do Peso, Soutelo, Tó, Travanca, Urrós, Vale da Madre, Vale de Porco, Valverde, Ventozelo, Vila de Ala, Vilar de Rei, Vilarinho dos Galegos
6	0409	Torre de Moncorvo	Açoreira, Adeganha, Cabeça Boa, Cardanha, Carviçais, Castedo, Felgar, Felgueiras, Horta da Vilariça, Larinho, Lousa, Maçores, Mós, Peredo dos Castelhanos, Souto da Velha, Torre de Moncorvo, Urrós
7	0410	Vila Flor	Assares, Benlhevai, Cadoso, Carvalho de Egas, Freixiel, Lodões, Mourão, Nabo, Roios, Samões, Sampaio, Santa Comba de Vilariça, Seixo de Manhoses, Trindade, Valtorno, Vale Frechoso, Vila Flor, Vilarinho das Azenhas, Vilas Boas
8	0411	Vimioso	Algozo, Angueira, Argozelo, Avelanoso, Caçarelhos, Campo de Víboras, Carção, Matela, Pinelo, Santulhão, Uva, Vale de Frades, Vilar Seco, Vimioso
9	0412	Vinhais	Agrochão, Alvaredos, Candedo, Celas, Curopos, Edral, Edrosa, Ervedosa, Fresulfe, Mofreita, Moimenta, Montouto, Nunes, Ousilhão, Paçó, Penhas Juntas, Pinheiro Novo, Quirás, Rebordelo, Santa Cruz, Santalha, São Jomil, Sobreiró de Baixo, Soeira, Travanca, Tuizelo, Vale das Fontes, Vale de Janeiro, Vila Boa de Ousilhão, Vila Verde, Vilar de Lomba, Vilar de Ossos, Vilar de Peregrinos, Vilar Seco de Lomba, Vinhais
10	0301	Amares	Amares, Barreiros, Besteiros, Bico, Bouro (Santa Maria), Bouro (Santa Marta), Caires, Caldelas, Carrazedo, Dornelas, Ferreiros, Figueiredo, Fiscal, Goães, Lago, Paranhos, Paredes Secas, Portela, Prozel, Rendufe, Sequeiros, Seramil, Torre, Vilela
11	0304	Cabeceiras de Basto	Abadim, Alvite, Arco de Baúlhe, Basto, Bucos, Cabeceiras de Basto, Cavês, Faia, Gondães, Outeiro, Painzela, Passos, Pedraça, Refojos de Basto, Rio Douro, Vila Nune, Vilar de Cunhas
12	0305 e 1705	Celorico de Basto e Mondim de Basto. . .	Agilde, Arnóia, Basto (Santa Tecla), Basto (São Clemente), Borba de Montanha, Britelo, Caçarilhe, Canedo de Basto, Carvalho, Codeço, Corgo, Fervença, Gagos, Gémeos, Infesta, Molares, Moreira do Castelo, Ourilhe, Rego, Ribas, Vale de Bouro, Veade e Atei, Bilhó, Campanhó, Ermelo, Mondim de Basto, Paradança, Pardelhas, Vilar de Ferreiros
13	0310	Terras de Bouro	Balança, Brufe, Campo do Gerês, Carvalheira, Chamoim, Chorense, Cibões, Covide, Gondoriz, Moimenta, Monte, Ribeira, Rio Caldo, Souto, Valdosende, Vilar, Vilar da Veiga
14	0311	Vieira do Minho	Anissó, Anjos, Campos, Caniçada, Cantelães, Cova, Eira Vedra, Guilhofrei, Louredo, Mosteiro, Parada do Bouro, Pinheiro, Rossas, Ruivães, Salamonde, Soengas, Soutelo, Tabuaças, Ventosa, Vieira do Minho, Vilar do Chão
15	1701	Alijó	Alijó, Amieiro, Carlão, Casal de Loivos, Castedo, Cotas, Favaio, Pegarinhos, Pinhão, Pópulo, Ribalonga, Sanfins do Douro, Santa Eugénia, São Mamede de Ribatua, Vale de Mendiz, Vila Chã, Vila Verde, Vilar de Maçada, Vilarinho de Cotas
16	1702	Boticas	Alturas do Barroso, Ardãos, Beça, Bobadela, Boticas, Cerdado, Codessoso, Covas do Barroso, Curros, Dornelas, Fiães do Tâmega, Granja, Pinho, São Salvador de Viveiro, Sapiãos, Vilar

Ref.	Carta administrativa oficial portuguesa (CAOP)	Concelho	Freguesias
17	1704	Mesão Frio	Barqueiros, Cidadelhe, Mesão Frio (Santa Cristina), Mesão Frio (São Nicolau), Oliveira, Vila Jusã, Vila Marim
18	1706	Montalegre	Cabril, Cambeses do Rio, Cervos, Chã, Contim, Covelães, Covelo do Gerês, Donões, Ferral, Fervidelas, Fiães do Rio, Gralhas, Meixedo, Meixide, Montalegre, Morgade, Mourilhe, Negrões, Outeiro, Padornelos, Padroso, Paradela, Pitões das Júnias, Pondras, Reigoso, Salto, Santo André, Sarraquinhos, Sezelhe, Solveira, Tourém, Venda Nova, Viade de Baixo, Vila da Ponte, Vilar de Perdizes (São Miguel)
19	1707	Murça	Candedo, Carva, Fiolhoso, Jou, Murça, Noura, Palheiros, Valongo de Milhais, Vilares
20	1709	Ribeira de Pena	Alvadia, Canedo, Cerva, Limões, Ribeira de Pena (Salvador), Santa Mariinha, Santo Aleixo de Além-Tâmega
21	1710	Sabrosa	Celeirós, Covas do Douro, Gouvães do Douro, Gouvinhães, Paços, Parada de Pinhão, Paradela de Guiães, Provesende, Sabrosa, São Cristóvão do Douro, São Lourenço de Ribapinhão, São Martinho de Antas, Souto Maior, Torre do Pinhão, Vilarinho de São Romão
22	1712	Valpaços	Água Revés e Crasto, Algeriz, Alvarelhos, Barreiros, Bouçoães, Canaveses, Carrizado de Montenegro, Curros, Ervões, Fiães, Fornos do Pinhal, Friões, Lebução, Nozelos, Padrela e Tazem, Possacos, Rio Torto, Sanfins, Santa Maria de Emeres, Santa Valha, Santiago da Ribeira de Alhariz, São João da Corveira, São Pedro de Veiga de Lila, Serapicos, Sonim, Tinhela, Vales, Valpaços, Vassal, Veiga de Lila, Vilarandelo
23	1713	Vila Pouca de Aguiar	Afonso, Alfarela de Jales, Bornes de Aguiar, Bragado, Capeludos, Gouvães da Serra, Lixa do Alvão, Parada de Monteiros, Pensalvos, Sabroso de Aguiar, Santa Marta da Montanha, Soutelo de Aguiar, Telões, Tresminas, Valoura, Vila Pouca de Aguiar, Vreia de Bornes, Vreia de Jales
24	1302	Baião	Ancede, Baião (Santa Leocádia), Campelo, Frende, Gestaçã, Gove, Grilo, Loivos da Ribeira, Loivos do Monte, Mesquinhata, Ovil, Ribadouro, Santa Cruz do Douro, Santa Marinha do Zêzere, São Tomé de Covelas, Teixeira, Teixeira, Tresouras, Valadares, Viariz
25	1603	Melgaço	Alvaredo, Castro Laboreiro, Chaviães, Couso, Cristoval, Cubalhã, Fiães, Gave, Lamas de Mouro, Paços, Paderne, Parada do Monte, Penso, Prado, Remoães, Roussas, São Paio, Vila
26	1604	Monção	Abedim, Anhões, Badim, Barbeita, Barroças e Taias, Bela, Cambeses, Ceivães, Cortes, Lapela, Lara, Longos Vales, Lordelo, Luzio, Mazedo, Merufe, Messegães, Monção, Moreira, Parada, Pias, Pinheiros, Podame, Portela, Riba de Mouro, Sá, Sago, Segude, Tangil, Troporiz, Troviscoso, Trute, Valadares

Nota. — A CAOP pode ser consultada no endereço: http://www.igeo.pt/produtos/cadastro/caop/caop_vigor.htm

306169611

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO MAR, DO AMBIENTE E DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

Gabinete do Secretário de Estado do Ambiente e do Ordenamento do Território

Despacho n.º 8405/2012

Pretende a Câmara Municipal de Aveiro proceder à construção de via de acesso à unidade de tratamento mecânico-biológico (UTMB), situada em Eirol, concelho de Aveiro, estabelecendo a sua ligação à EN 235.

Para o efeito pretende utilizar 16 879 m² de terrenos integrados na Reserva Ecológica Nacional (REN) do município de Aveiro, por força da delimitação constante da Resolução do Conselho de Ministros n.º 115/95, publicada no *Diário da República*, 1.ª série-B, n.º 253, de 2 de novembro de 1995, alterada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 151/2007, de 1 de outubro, e pela Portaria n.º 401/2009, publicada no *Diário da República*, 1.ª série, n.º 72, de 14 de abril de 2009, com a entrada em vigor do Plano de Urbanização da Cidade de Aveiro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 126, de 2 de julho de 2009.

Considerando que se trata da construção de uma via de indiscutível interesse público;

Considerando que os objetivos do projeto visam garantir o acesso à unidade de tratamento, valorização e destino final dos resíduos sólidos urbanos, produzidos na área de intervenção da ERSUC, de modo que o tráfego associado à UTMB possa ser efetuado sem atravessamento de aglomerados urbanos;

Considerando que, para os referidos efeitos, se revela necessária a utilização de 43 390 m² de terrenos integrados na Reserva Agrícola Nacional do município de Aveiro, tendo a pretensão merecido parecer

favorável à ocupação, pela Entidade Regional da Reserva Agrícola Nacional do Centro (ER-RAN.C);

Considerando que a disciplina constante do Regulamento do Plano Diretor Municipal de Aveiro, ratificado pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 165/95, publicada no *Diário da República*, 1.ª série-B, n.º 284, de 11 de dezembro de 1995, com as alterações de regime simplificado que lhe foram introduzidas mediante as declarações n.ºs 187/2002, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 138, de 18 de junho de 2002, 339/2002, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 261, de 12 de novembro de 2002, e 48/2007, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 37, de 21 de fevereiro de 2007, e ainda pela deliberação da Assembleia Municipal de 14 de janeiro de 2008, nos termos do edital n.º 154/2008, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 34, de 18 de fevereiro de 2008, não obsta à concretização da obra;

Considerando que a Assembleia Municipal de Aveiro reconheceu o interesse público municipal da construção desta infraestrutura e a inexistência de localização alternativa em áreas não integradas em REN;

Considerando o parecer favorável emitido pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro;

Considerando que os condicionamentos e medidas de minimização apresentados pela Câmara Municipal de Aveiro minimizam os impactos ambientais negativos;

Considerando que as demais condicionantes legais e regulamentares em vigor não obstam à concretização do projeto, sem prejuízo, designadamente, da obtenção de licença de utilização do domínio hídrico, nas situações aplicáveis;

Determina-se, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 166/2008, de 22 de agosto, e no uso das competências delegadas pela Ministra da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território, no Secretário de Estado do Ambiente e do Ordenamento do Território, através do despacho n.º 12412/2011, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 181,